

Editorial

Dossiê Temático

Políticas Linguísticas para o Multilinguismo no Sul Global: um mosaico em (re)construção

Kleber Aparecido da Silva  
kleberunicamp@yahoo.com.br
Universidade Brasília, DF, Brasil (CNPq).

Leketi Makalela 
leketi.makalela@wits.ac.za
Universidade Joanesburgo, África do Sul.

Paulo Daniel Farah  
paulof@usp.br
Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Dllubia Santclair Matias  
dllubiasantclair@gmail.com
Universidade Brasília, DF, Brasil.

Simone Maranhão Costa  
simonemaranhao@ifma.edu.br
Instituto Federal do Maranhão, MA, Brasil.

Um dos temas que têm cada vez mais atraído o interesse dos pesquisadores é o das políticas linguísticas (Silva; Rajagopalan, 2024; Lagares, 2018; Nicolaidis, Silva, Tílio e Rocha, 2015; Calvet, 2007; Shohamy, 2006) e o do plurilinguismo (Blommaert; Rampton, 2011; Farah, Matuck e Ilokoj, 2022). Nesse contexto, o dossiê temático “Políticas Linguísticas para o Multilinguismo no Sul Global” foi (re)pensado em um movimento fluido e praxiológico que parte do amplo constructo Políticas Linguísticas imerso ao cotidiano de diversos aspectos da experiência educacional, desde os letramentos, a internacionalização, o currículo, a formação docente até o ensino e aprendizagem de línguas maternas e adicionais, mas sempre na defesa decolonial e crítica de um multilinguismo contextualizado na realidade brasileira e na transformação social.

O artigo “*Perspectiva Glotopolítica e Letramento em Línguas: um diálogo convergente para a pesquisa em Política Linguística*”, de Joice Armani Galli e Xoán Carlos Lagares, da Universidade

Federal Fluminense, estabelece um diálogo entre a perspectiva glotopolítica (Guespin e Marcellesi, 2022 [1986]; Arnoux, 2000) e os Estudos do Letramento (Street, 2014 [1995]; Pinheiro e Azzari, 2023), mais especificamente o Letramento em Línguas (Galli, 2022), para refletir sobre os princípios de uma política linguística (Lagares, 2018) face a uma educação plurilíngue no Sul Global (Makoni, Kaiper-Marquez e Mokwena, 2023). Ao assumir a diversidade linguística e cultural existente em países como o Brasil, assim como as múltiplas formas em que as línguas se fazem presentes na contemporaneidade, marcada pela superdiversidade (Blommaert e Rampton, 2011), pondera-se neste estudo que uma política educativa multilíngue deve procurar eliminar conceitos e procedimentos surgidos da ideologia monolíngue, o que significa centrar o processo de ensino-aprendizagem em práticas de linguagem que se dão em situações sociais e culturais concretas, considerando as representações aí implicadas com base em uma perspectiva intercultural, com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa e socialmente situada.

O artigo “*A Internacionalização da Educação do/no Instituto Federal Farroupilha: (des)caminhos em (re)construção*”, de Tamara Angélica Brudna da Rosa (Instituto Federal Farroupilha), Fernanda Lopes Silva Ziegler (Instituto Federal Farroupilha/ Universidade Federal de Santa Maria) e Janete Teresinha Arnt (Instituto Federal Farroupilha), visa apresentar os documentos e as práticas referentes à internacionalização da educação do/no IFFar, de forma a problematizar como a criação de uma política linguística voltada para a internacionalização pode impactar as ações de internacionalização nos diferentes âmbitos educacionais da instituição. Como perspectiva teórica, apoiaram-se as autoras nos pressupostos da Linguística Aplicada Sulear (Pennycook; Makoni, 2020) e dos estudos dos Letramentos Acadêmicos (Lea; Street, 1998, 2006). Os resultados desta pesquisa indicam que há interesse e/ou necessidade institucional em regular e organizar pautas relativas à internacionalização da educação e ao estabelecimento de uma política linguística. Contudo, em uma perspectiva abrangente de internacionalização, faz-se necessário refletir conscientemente e agir criticamente para que ações e, sobretudo, políticas possam vir a contribuir efetivamente no IFFar e por meio do IFFar.

No texto “*Política Curricular para Formação Linguística Intercultural: evidências de uma opção política de desenvolvimento socioeconômico internacional unilateral e neocolonial*”, Sandro Silva Rocha (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo) e Walkyria Monte Mór (Universidade de São Paulo) apresentam um resumo de dois levantamentos feitos por Leffa (1999) e Rodrigues (2016) acerca das legislações que modificaram as políticas curriculares de ensino de línguas estrangeiras em âmbito nacional, bem como de um levantamento feito a partir

das três versões da Base Nacional Comum Curricular, feita pelos autores do presente trabalho. De forma comparativa, procura-se fazer um levantamento de legislações vigentes na região de São Paulo, no Brasil, e em outros países, constituídos por uma diversidade linguístico-cultural inerente ou em decorrência de intensos fluxos migratórios. Para analisar os resultados desse levantamento, utilizam-se algumas ferramentas teóricas propostas por Hall (1997), Castro-Gómez (2007), Monte-Mór (2013) e Spolsky (2016). Os resultados mostram que a legislação brasileira para o ensino de línguas estrangeiras, apesar de ter valorizado o plurilinguismo em alguns momentos, em outros, especialmente no atual momento, tem submetido os seus educandos a um monolingüismo e monoculturalismo, resultante do processo globalista de americanização do mundo. Os resultados também demonstram a necessidade da existência de investimentos e de instrumentos para exigir a fiscalização da implementação eficaz dessas leis.

O artigo “*Análise de interações simuladas da prova oral do exame Celpe-Bras*”, de Alex Sandro Beckhauser e Rianne de Souza e Sousa (ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana), tem o objetivo de analisar as justificativas das notas de avaliadores interlocutores e avaliadores observadores em um simulado da interação face a face do exame Celpe-Bras. Os avaliadores são três estudantes de cursos de licenciatura que atuam no Núcleo de Línguas do Idiomas sem Fronteiras da Universidade Estadual de Feira de Santana (NuLi-IsF/UEFS) em um curso preparatório para o exame Celpe-Bras. Cada professor realizou quatro entrevistas semiestruturadas ao final de cada interação simulada, a fim de garantir os encontros possíveis com os examinandos. Os resultados revelam um alto índice de semelhança na atribuição das notas, mas critérios de classificação distintos. Evidenciaram-se também incertezas quanto à pontuação apresentada, ensejando um debate em torno da subjetividade da avaliação e da importância de refinar melhor os critérios para aumentar a confiabilidade do processo.

Em outro artigo a respeito de tema similar, Robson Batista Moraes (Universidade Federal de Santa Catarina), Amanda Santiago Souza Melo (Universidade Federal da Bahia) e Erivelton Nonato De Santana (Universidade do Estado da Bahia) argumentam, em “*Estética Racial (In)desejada nos Elementos Provocadores da Prova Oral do Celpe-Bras?: Percepções racializadas sobre a exclusão do segmento negro e supervalorização da branquitude*”, que a branquitude possui uma espécie de contrato não verbalizado entre si, ou seja, um tipo de pacto narcisista, cujo objetivo é manter intocáveis os privilégios econômicos e simbólicos de pessoas brancas e a

exclusão dos negros. A pesquisa situa-se no campo da Linguística Aplicada, dentro da grande área da linguagem e na subárea de estudos de português para falantes de outras línguas. O estudo objetiva realizar análises sobre racismo e linguagem a partir dos Elementos Provocadores (EPs) utilizados na parte oral do Exame Celpe-Bras, com foco especial em 20 EPs da edição do primeiro semestre de 2005.

Quanto ao artigo *“Estereótipos Invertidos na Formação Reflexivo-Colaborativa de Professores de Português Língua Estrangeira”*, de autoria de Anelise Fonseca Dutra (Universidade Federal De Ouro Preto), apresenta os resultados de uma pesquisa em um curso de formação de professores de português língua estrangeira no qual não há um distanciamento entre as dicotomias teoria/prática e professor/pesquisador (Wallace, 2001). Esta formação valoriza o trabalho reflexivo-colaborativo (Schon, 2000; Dutra e Mello, 2004) e teve como objetivo principal analisar como essa formação voltada para uma educação intercultural (Byram, 2009; Motta-Roth, 2006) auxilia o professor no desenvolvimento de uma visão crítica sobre si mesmo e sobre o aluno estrangeiro, levando-o a uma mudança na sua prática. Como metodologia, utilizaram-se os apontamentos que eram levados para discussão nas sessões colaborativas que ocorriam semanalmente entre professores e coordenador. Um desses apontamentos foram os estereótipos apresentados não apenas pelos alunos, mas principalmente pelos professores (Schneider, 2005; Borghetti, 2013 e McFarlane, 2014). Como resultado, a pesquisa aponta para o fato de que as discussões levaram os professores a perceber se suas ideias eram preconcebidas e a postura que eles assumiam em sala motivados por esses preconceitos (Maldonado-Torres, 2007; Quintero, 2019), levando-os assim a repensar suas crenças e valores e modificar suas ações em sala de aula.

A pesquisa de Paulo Jeferson Pilar Araújo, Alan Ricardo Costa e Analú Fernandes de Oliveira (Universidade Federal de Roraima), apresentada no artigo *“Uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais no Sul Global e a Formação do Professor-Pesquisador de Libras L2 no Brasil”*, enfoca as demandas emergentes no Sul Global, de modo amplo, e no Brasil, mais pontualmente, quanto a uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (LALS), considerando as publicações (ainda iniciais) de uma Applied Sign Linguistics, nos termos de Napier e Leeson (2016). O objetivo é verificar de que modo a Linguística Aplicada figura no currículo de cursos de Letras-Libras e como a presença de problemas e temáticas próprias da área enseja a consolidação de uma LALS brasileira. No que concerne à metodologia, de caráter qualitativo, os autores adotaram a análise documental (Paiva, 2019), mais pontualmente a análise de cinco Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Letras-

Libras de universidade federais indicadas como bem avaliadas pelo Ministério da Educação. Com base no estudo realizado, (i) são discutidas lacunas por preencher nos currículos e na formação de professores de Libras; (ii) defende-se que a Libras, como língua minoritarizada, traz desafios para a formação docente, e que uma postura a ser adotada nos cursos de Letras-Libras deve ser a de professor-pesquisador; e (iii) esboça-se um campo de LALS sensível ao contexto de multilinguismo brasileiro, em sinergia com o prisma decolonial.

Ao abordar a ideia de que um crescente interesse pela linguagem escrita tem despertado a atenção de pesquisadores que se dedicam ao estudo da surdez, motivando uma série de indagações sobre as estratégias e as abordagens essenciais para promover o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em alunos surdos, o artigo “Desenvolvimento de Português como Segunda Língua para Surdos na Universidade: uma proposta didática para Leitura de Resumos Acadêmicos”, elaborado pelas pesquisadoras Isabelle Pinheiro Fagundes (UFERSA) e Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo (UFMG), tem como objetivo analisar os resultados de atividades de ensino voltadas para a língua portuguesa centradas no gênero resumo acadêmico, desenvolvidas para e com alunos surdos do curso de Letras Libras de uma universidade pública do interior do Rio Grande do Norte. As atividades analisadas fazem parte da primeira fase de uma sequência didática (Dolz, Noverraz; Schneuwly, 2004) vinculada a um projeto de pesquisa de doutorado em andamento. Os resultados mostram que as atividades realizadas foram bem-sucedidas, pois permitiram que os alunos expressassem seus pensamentos por escrito sobre o tema discutido, utilizando a língua de sinais como base para seu processo de escrita. Por meio dessas atividades, promoveu-se o contato com materiais escritos no ambiente acadêmico, incentivando a leitura e a escrita sem suprimir a língua portuguesa em prol da Libras.

Em “As Crenças dos Revisores Textuais sobre a Expressão ‘Já Que’: uma análise a partir da perspectiva da Política Linguística”, Ingrid da Cruz Nascimento e Socorro Cláudia Tavares de Souza, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), investiga as crenças do revisor de textos acerca do uso da expressão “já que” em gêneros da esfera acadêmica. A análise se baseia na Teoria da Gestão da Língua de Spolsky (2004, 2009, 2021). Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa é de natureza qualitativa e se enquadra em um paradigma interpretativista, como descrito por Angel Lin (2015). Nesse contexto, dez revisores textuais brasileiros responderam a um questionário online. Como resultados, identificaram-se duas principais crenças em relação a essa

expressão: i) primeiro, é compreendida como menos formal, e, conseqüentemente, menos adequada aos gêneros acadêmicos do que outros elementos coesivos; ii) segundo, essa expressão é entendida como semanticamente imprecisa ou generalizante, de modo que se sugere que seja substituída em textos acadêmicos.

Ao final do dossiê, Alison Phipps, titular da Cátedra UNESCO para a Integração de Refugiados através das Línguas e das Artes na Universidade de Glasgow, é entrevistada em "*There Is Not A Word I Speak That Has Not Been Given To Me By Somebody Else*". O texto é assinado, além de Phipps (a entrevistada), por Alex Alves Egido (Universidade Federal do Maranhão) e Josimayre Novelli (Universidade Estadual de Maringá), que conduzem a entrevista. Autora de "*Decolonising Multilingualism: Struggles to decreate*", Phipps explica na entrevista que “thinking about decolonizing multilingualism, it is about what was placed in the public schooling education system to be available to everybody, to mitigate the effects of English being a dominant language, and the languages that I had to learn in school were French and German”. Mais à frente, argumenta que “Love for the world, love for the language is love for diversity. Love for the plurality. Love for all that we have been given and can do and rage at the different forms of injustice and the ways in which we have been removed from the ability to do good at times and the ways in which we are then required to act for justice in the world”. Que a pluralidade possa guiar a leitura crítica deste dossiê sobre “Políticas Linguísticas para o Multilinguismo no Sul Global”.

Referências bibliográficas

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. *Language and superdiversity*. Diversities, Göttingen, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2011.

CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FARAH, P. D. E.; MATUCK, A.; IOKOI, Z. M. G. *Linguagens da sobrevivência: migrações, interlínguas, narrativas e representações*. Manaus e São Paulo: EDUMA, 2022.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

MAKONI, S. B.; KAIPER-MARQUEZ, A.; MOKWENA, L. (Eds) *The Routledge Handbook of Language and the Global South/s*. London: Routledge, 2023.

NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PENNYCOOK, A. *Posthumanist Applied Linguistics*. London: Routledge, 2018.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. *Innovations and challenges in Applied Linguistics from the Global South*. London: Routledge, 2020.

SILVA, K. A.; RAJAGOPALAN, K. *Políticas Linguísticas no Brasil: rumos, contornos, perspectivas e meandros*. Campinas: Mercado de Letras, 2024.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and the new approaches*. Routledge: Nova York, 2006.